



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009938-94.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Contratos de Consumo**
 Impetrante: **Fernando Andriotti**
 Impetrado: **Delegado de Polícia do 1º Distrito de São Carlos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança no qual se alega o direito líquido e certo a ser mantido na posse dos maquinários descritos na inicial, pois os teria adquirido de boa-fé, nada tendo a ver com suposto estelionato que teria sido praticado contra a empresa, não se justificando a sua apreensão pela autoridade coatora, bem como a sua entrega à empresa.

Foi deferida a liminar, determinando-se a manutenção do maquinário em poder do impetrante.

A autoridade coatora prestou informações, aduzindo que a referida e agora questionada carta precatória foi expedida à Comarca de Flórida Paulista/SP, em atendimento ao pedido formulado pelos advogados da empresa SILTOMAC, que recorreram à sua unidade, pois, por informes próprios, encontraram duas máquinas que haviam sido vendidas e não quitadas em posse de terceiro, naquela localidade, ocasião em que solicitaram a precatória itinerante, para ser levada em mãos, para argumentar a legítima propriedade, tendo sido recebidos por um funcionário da delegacia de Flórida Paulista, que se recusou a receber a precatória, depositando as máquinas em mãos do impetrante que, ao que parece, as teria comprado por preço abaixo do menor de mercado, como se usadas fossem.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito e objeto do presente mandado de segurança por estar ausente o interesse público.

A FESP requereu sua admissão no feito, como assistente litisconsorcial e, posteriormente, apresentou manifestação, na qual alega a incompetência deste juízo e pugna pela denegação da ordem.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Primeiramente, nos termos do disposto no inciso II do artigo 7º da Lei 12.016/2009 admito o ingresso ao feito da FESP, como assistente litisconsorcial. Anote-se.

Não é o caso de se reconhecer a incompetência deste Juízo, como pleiteia a FESP, pois o que se discute, aqui, é a boa-fé do adquirente, ora impetrante, que justificaria a sua manutenção na posse, possibilidade reconhecida pela jurisprudência colacionada a p.. 122.

A situação enfocada nestes autos permite seja concedida a segurança pleiteada.

Conforme apontado quando do deferimento da liminar, os documentos que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

acompanham a inicial (fls. 14/98) sinalizam que o impetrante, por ora, é adquirente de boa-fé, não havendo indícios da existência de crime de receptação, conforme afirmado pelo Delegado de Polícia de Florida Paulista.

Embora o Ministério Público daquela localidade, conforme documentos colacionados pela suposta vítima de estelionato (fls. 292/293), tenha requerido inicialmente o arquivamento do inquérito a respeito da receptação e, posteriormente, solicitado o seu afastamento, até que os fatos fossem melhor apurados, certo é que ainda não ofereceu denúncia, sendo que a avaliação feita a fls. 299 aponta um valor compatível para os maquinários e a nova avaliação requerida não foi levada a efeito.

De se ressaltar, ainda, que, conforme relatado e até o momento não contrariado, o próprio impetrante teria entrado em contato com o dono da empresa SILTOMAC, a fim de pedir informações sobre o modo de funcionamento das máquinas, o que seria um contrasenso, se fosse autor de receptação.

Os maquinários foram apreendidos formalmente no Inquérito e, até o momento, não é possível afastar, de pleno, a boa-fé do impetrante, o que justifica a sua manutenção na posse dos bens.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

Agravo de instrumento. Decisão que indefere liminar em mandado de segurança. Processo de estelionato em que terceiro, de presumível boa-fé, é desapossado do bem no início do inquérito policial, sem que os fatos sejam ainda conhecidos. Impossibilidade, em face da jurisprudência que entende, nos casos de estelionato, que a posse do terceiro adquirente de boa-fé prefere ao da vítima do crime original. Agravo provido, mantida a liminar Deferida. (Agravo de Instrumento nº2167965-47.2015.8.26.000, 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, Res. Des. Francisco Bruno, julgado em 10/12/2015). Terceiro de boa-fé adquirente de coisa objeto de estelionato deve ter seu direito preservado, por imposição da equidade e da segurança do comércio jurídico. A vítima do crime deve buscar a reparação do dano através de ação civil adequada contra seu autor. O legislador somente concede a reinvidicação no caso de furto, mormente se qualificado pela violência. Não, porém, quando o proprietário, embora iludido consente em ser desapossado da coisa, isto é, quando espontaneamente a entrega ao autor do crime (RT 631/328).

RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA - GADO - TERCEIRO DE BOA-FÉ QUE O ADQUIRIU EM NEGÓCIO REGULAR - RESES QUE, ENTRETANTO, HAVIAM SIDO PRODUTO DE ESTELIONATO PRATICADO PELO VENDEDOR - PEDIDO DEFERIDO - APELAÇÃO PROVIDA. Já é tradicional o entendimento segundo o qual o ofendido só tem o direito de seqüela quando a coisa é tirada de seu patrimônio. Não em hipótese em que ele a entrega a outrem, a despeito de enganado pelo mesmo ou incidindo em erro (RT 546/35)

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, concedendo a segurança, para determinar manutenção da autor na posse dos maquinários, até que seja reconhecida judicialmente a sua má-fé, após regular contraditório.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora. Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº12.016/09, isto é, artigo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

14, parágrafo 1º

São Carlos, 25 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**